

ANTIGLOBALISMO E COLONIALIDADE: UMA ABORDAGEM DECOLONIAL SOBRE A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NO GOVERNO BOLSONARO

*ANTIGLOBALISM AND COLONIALITY: A DECOLONIAL APPROACH ON
BRAZILIAN FOREIGN POLICY UNDER BOLSONARO GOVERNMENT*

Rafael Souto Monteagudo¹

¹Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: rsmonteagudo@gmail.com.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2256-5753>.

Recebido em: 03/04/2021 | Aceito em: 05/07/2021.



RESUMO

Embora o Brasil tenha participado da chamada onda rosa na América Latina na primeira e em parte da segunda década dos anos 2000, o país passou a experimentar nos últimos anos um movimento crescente de agentes políticos ligados à Direita, que culminou na eleição de Jair Bolsonaro em 2018. A Política Externa do Governo Jair Bolsonaro apresenta algumas rupturas em relação à Política Externa Brasileira das últimas décadas, dentre elas um alinhamento automático aos Estados Unidos da América. Neste estudo, analisamos a forma como conceitos da teoria decolonial introduzidos por Aníbal Quijano e Walter Mignolo, como eurocentrismo e colonialidade do poder, podem auxiliar na compreensão do alinhamento automático com os Estados Unidos observado no Governo Bolsonaro.

Palavras-Chave: Política Externa Brasileira; Governo Bolsonaro; Teoria Decolonial.

ABSTRACT

Although Brazil participated in the so-called pink wave, in Latin America, during the first and part of the second decade of the 2000s, the country has experienced, in the last years, a growing movement of political agents linked to the Right-Wing, which culminated in the Jair Bolsonaro's election in 2018. The Foreign Policy of Jair Bolsonaro Government presents some ruptures in relation to the Brazilian Foreign Policy of the last decades, among them an automatic alignment to United States of America. In this study, we analyze how concepts of decolonial theory introduced by Aníbal Quijano and Walter Mignolo, such as Eurocentrism and coloniality of power, can help to understanding the automatic alignment to United States observed in Bolsonaro Government.

Keywords: Foreign Policy; Bolsonaro Government; Decolonial Theory.



1. INTRODUÇÃO

O período de conflito entre EUA e URSS, conhecido como Guerra Fria, encontrou seu fim em um processo de deterioração do bloco comunista iniciado na década de 1980. O neoliberalismo, que tem sua aplicação na década de 1970, com as reformas implementadas por Augusto Pinochet, no Chile, Margaret Thatcher, no Reino Unido, e Ronald Reagan, nos EUA, passa a se expandir em termos globais. A globalização neoliberal, com o consequente florescimento de democracias liberais e a difusão do multilateralismo, parecia, aos olhos de muitos teóricos liberais, um fenômeno que não poderia ser interrompido e que marcava o triunfo das economias de livre mercado sobre projetos políticos alternativos.

No entanto, passadas 2 décadas do alegado triunfo das democracias liberais, o cenário parece invertido. O nacionalismo, que desde a 2ª Guerra Mundial fora estigmatizado por conta da sua identificação com movimentos nazistas e fascistas, ressurgiu como força política, impulsionando uma série de movimentos populistas. Estes movimentos são observados em países cuja implantação do capitalismo é recente (Rússia, Polônia e Hungria, por exemplo), mas também em democracias consolidadas, como os Estados Unidos e países da Europa Ocidental. A chamada Nova Direita vem ganhando cada vez mais adeptos e, mesmo quando derrotados nas urnas (exemplo recente da eleição de 2019 na Espanha), passam a ter um peso relevante na dinâmica política de seus países. Em contraposição à visão do triunfo da democracia liberal, hoje os intelectuais parecem mais pessimistas em relação ao seu futuro.

O Brasil não está indene à virada para a direita que vem afetando a política mundial nos últimos anos. Embora tenha experimentado um fortalecimento de forças políticas ligadas à esquerda na primeira década do século XXI, no que se denominou *left turn* da América Latina, o Brasil vem, desde o início da década de 2010, experimentando uma crescente popularidade de movimentos ligados à direita, culminando na eleição de Jair Bolsonaro, em 2018.

O Partido dos Trabalhadores (PT) sagrou-se vencedor de quatro das cinco eleições presidenciais ocorridas no Brasil no século XXI. Apesar de Lula ter gozado de elevada popularidade, a presidenta Dilma Rousseff não experimentou tamanha aprovação por



parte dos eleitores. Além de um arrefecimento da economia, a popularidade da Presidenta da República sofreu severos impactos pelo julgamento do escândalo do Mensalão, em 2012, que culminou na prisão de dirigentes do Partido dos Trabalhadores. Na esteira, ocorreram as manifestações conhecidas como Jornadas de Junho, em 2013, e a divulgação do escândalo de corrupção apurado no âmbito da Operação Lava Jato, a maior investigação brasileira contra a corrupção. A partir de então, a popularidade da Presidenta despenca em conjunto com um aumento crescente de rejeição ao PT.

O movimento descendente do PT, que se inicia a partir de 2012, é acompanhado e influenciado por um fortalecimento de movimentos situados à direita do espectro político, de claro viés antipetista, mas também fortemente antipolítica e antissistema (Santos Júnior, 2019). Não à toa, o PSDB e os partidos tradicionais da direita brasileira tiveram dificuldades nas últimas eleições presidenciais (2018) em capitanear, a seu favor, o movimento da Nova Direita. O candidato à Presidência da República do PSDB, Geraldo Alckmin, teve baixa aceitação pelo público integrante da Nova Direita. Por essa razão, Jair Bolsonaro, um político que se identifica como *outsider* – embora tenha sido titular de cargos eletivos há quase 3 (três) décadas –, pareceu mais adequado aos anseios do crescente movimento.

Por ter se constituído como oposição ao Partido dos Trabalhadores, a Nova Direita rejeita todas as ideias tradicionalmente defendidas por partidos de esquerda. Os Direitos Humanos, as Políticas Redistributivas da era PT e as chamadas Políticas Identitárias passaram a estar sob forte ataque. Algumas das ideias defendidas por expoentes da Nova Direita parecem inusitadas ou radicais mesmo para muitos partidos situados à direita do espectro político.

Dentre tais ideias, encontra-se a forte crítica ao chamado Globalismo ou, ainda, à Ordem Global, a qual foi introduzida na Política Externa do Governo Bolsonaro. Em seu discurso de posse, o atual Chanceler Ernesto Araújo, ao tempo em que enalteceu o passado e as características da nação brasileira, formulou mordazes críticas ao que ele chamou de Globalismo ou à “Ordem Global”.

Segundo o Chanceler em seu discurso, o Itamaraty, nos últimos anos, teria sido cooptado pelo discurso globalista, subvertendo sua real missão, que seria zelar pelos



interesses da nação brasileira. Em acréscimo, nas palavras do Chanceler, o Globalismo seria uma doutrina de ódio que teria afastado a atuação do Brasil no exterior do que seria mais relevante, que, em seu sentir, são os interesses e valores nacionais, tais como: o valor à vida, à família e à religião cristã.

Tudo isso representa uma mudança acentuada na forma como a Política Externa Brasileira vinha sendo formulada nas últimas décadas. Ao passo que pretende privilegiar a adesão do Brasil a uma pauta mais conservadora e contra a chamada Ordem Global, o discurso e as práticas que vêm sendo adotadas pela Política Externa Brasileira no Governo Bolsonaro têm gerado uma adesão, sem precedentes, do Brasil à pauta dos Estados Unidos da América no cenário internacional.

Vários são os matizes da Política Externa Brasileira do Governo Bolsonaro que podem ser objeto de estudo. A postura radical conservadora no que tange à pauta de costumes nas Nações Unidas e outros fóruns, a questão ambiental a causar prejuízos na relação, sobretudo, com a União Europeia e, por fim, o alinhamento automático atualmente observado no que diz respeito às relações com os Estados Unidos da América. O presente artigo destinar-se-á a analisar esta última característica do Governo Bolsonaro, sobretudo sob as lentes decoloniais dos estudos do sociólogo peruano Aníbal Quijano.

Para tanto, iremos desenvolver os conceitos de Eurocentrismo e Colonialidade do Poder na forma como foram delineados na obra de Aníbal Quijano e outros autores da teoria decolonial para, em seguida, tratar da forma como tais instrumentos teóricos podem auxiliar no esclarecimento do Antiglobalismo e do Alinhamento Automático com os Estados Unidos da América identificados na Política Externa do Governo Bolsonaro.

A abordagem realizada pelo presente artigo destinar-se-á a avaliar a Política Externa do Governo Bolsonaro em seu nível discursivo, por meio da análise de como o discurso antiglobalista manejado pelo Brasil no período pode ser compreendido à luz dos instrumentos teóricos trazidos pela teoria decolonial. A hipótese do presente artigo é de que o antiglobalismo articulou-se como reforço de colonialidade no âmbito do governo populista de extrema-direita de Jair Bolsonaro, eleito em 2018 como Presidente do Brasil.



2. A TEORIA DECOLONIAL E OS CONCEITOS DE EUROCENTRISMO E COLONIALIDADE DO PODER

No presente capítulo, pretendemos situar a teoria decolonial em relação aos estudos pós-coloniais para, em seguida, abordar os conceitos de Eurocentrismo e Colonialidade do Poder, a fim de analisar a forma como tais conceitos podem ser empregados para conferirem um diferencial explicativo para dois pontos relevantes da Política Externa do Governo Bolsonaro: o Antiglobalismo e o Alinhamento Automático com os Estados Unidos da América.

Um ponto de partida muito comum em uma análise da teoria decolonial de Aníbal Quijano é a importância de se situar a teoria decolonial em contraposição com os estudos pós-coloniais, os quais foram inicialmente centrados na Ásia e, posteriormente, passaram a ser adotados também por teóricos do continente africano. De maneira geral, o pós-colonialismo parte do reconhecimento de que as relações sociais são profundamente afetadas pelos impactos da colonização, até hoje presentes. Ao promover a colonização dos demais continentes, a Europa não apenas explorou economicamente outros povos, mas influenciou-os culturalmente, gerando uma dinâmica que se espalha pelas mais variadas relações sociais. Os teóricos pós-coloniais partem do princípio de que a dominação não é só de caráter econômico, mas também cultural (Grovoqui, 2016; Krishna, 2009).

Nesse aspecto, as relações do Ocidente em relação ao Oriente passaram a ser ditadas pelo senso de oposição. O Ocidente é a razão, enquanto o Oriente, a emoção, o misticismo. Cumprindo o seu papel, o Ocidente leva os demais povos ao progresso, de modo que, antes da chegada dos ocidentais, o tempo chega a ser percebido em *slow motion* (Grovoqui, 2016). Com isso, uma série de experiências não ocidentais de organização política ou culturais é ignorada e perdida.

É o ocidente, portanto, quem define a agenda epistemológica que deve ser seguida pelo “resto” do mundo. É ele quem vai definir o que realmente ostenta o necessário rigor científico para que possa ser estabelecido o que representa o conhecimento adequado. Daí se poder dizer que as teorias pós-coloniais, por meio de ontologia própria, possuem caráter pós-positivista, uma vez que questionam a forma de se fazer ciência e a maneira



como os instrumentos e concepções tradicionais das ciências sociais reproduzem as dinâmicas coloniais.

As Relações Internacionais não estão certamente alheias a essa dinâmica. A teoria pós-colonial passa a oferecer crítica à forma como a disciplina, sob a pretensão de oferecer explicações para as dinâmicas entre os países, passa, na verdade, a refletir a maneira como o Ocidente vê o “resto” do mundo, confirmando dinâmicas coloniais ainda facilmente perceptíveis. Segundo os teóricos pós-coloniais, trata-se de disciplina repleta de um elevado ocidentalismo, na qual se verifica uma ontologia colonial. O Ocidente é aquele que é responsável pela Legislação, devendo o restante obedecer e seguir os comandos. A crítica situa-se, ainda, no campo epistemológico, tendo em vista que o Ocidente passa a ditar a agenda daquilo que possui ou não rigor científico.

Inicialmente, os autores hoje são identificados como fundadores da corrente decolonial realizavam seus estudos sob o prisma do pós-colonialismo. Segundo Luciana Ballestrin (2013), os teóricos decoloniais partiram para a empreitada de criar uma corrente teórica verdadeiramente voltada para a compreensão da América Latina, pois a corrente pós-colonial não fornecia instrumentos teóricos adequados à compreensão dos fenômenos aqui observados. Segundo expõe Luciana Ballestrin (2013), Walter D. Mignolo, tido como o mais contundente dos críticos ao pós-colonialismo, afirmou que a corrente pós-colonial não teria tido sucesso em buscar afastar o paradigma eurocêntrico. Além disso, a Índia e a América Latina tiveram trajetórias muito distintas, sendo necessário estabelecerem-se instrumentos teóricos específicos para a compreensão dos fenômenos sociais ocorridos na América Latina. Em 1998, é formado o Grupo Modernidade/Colonialidade.

De forma geral, a corrente decolonial parte de uma ontologia particular sobre o processo de formação da América Latina em relação à Europa. Diferentemente do que ocorreu nos países que foram objeto de um colonialismo no século XVIII e XIX, as sociedades hoje existentes na América Latina foram constituídas sob o paradigma colonial. Embora seja relevante a contribuição dos sobreviventes dos povos originalmente estabelecidos no continente americano, os Estados que compõem a América Latina foram constituídos por meio das relações coloniais, uma vez que as



civilizações aqui existentes anteriormente foram desmanteladas por força dos colonizadores.

Se a América Latina se constitui pelo paradigma colonial, é a América Latina também importante fator na constituição da Europa como entidade e no próprio fenômeno da modernidade. Daí ser empregado comumente o binômio colonialidade/modernidade. Foram as benesses oriundas da exploração colonial da América Latina que permitiram aos povos Europeus experimentar a modernidade. É também o fluxo de metais preciosos da América Latina que irá permitir que a Europa se lance para outros continentes, estabelecendo, mais tarde, relações também de natureza colonial. Logo, segundo Mignolo (1995) e Quijano (2005), a América Latina e a Europa se constituíram mutuamente. Não se pode compreender a modernidade na Europa dissociada da exploração colonial da América Latina (Quijano, 2005).

Daí se poder dizer que a teoria decolonial de Mignolo e Quijano busca enxergar o mundo sob o ponto de vista da América Latina, sem, no entanto, elaborar uma teoria de alcance local. Mais do que isso, a teoria decolonial de Mignolo e Quijano busca um alcance global (Segato, 2019), por meio da análise e esclarecimento do processo de formação da colonialidade/modernidade e das relações de poder ainda hoje existentes sob o paradigma colonial.

Fixado o ponto de partida acima, os teóricos decoloniais esclarecem que, diferentemente do que ocorreu na Europa, em que predominavam relações baseadas no trabalho assalariado, as sociedades latino-americanas se constituíram por meio de relações baseadas na escravidão e na servidão indígena. As relações assalariadas na América Latina ocorriam, quase que exclusivamente, entre membros da elite. As diferentes relações de trabalho constituíram, conjuntamente, o que se conhece como capitalismo, de modo que, de igual maneira, não é possível separar a experiência europeia baseada no trabalho assalariado da experiência latino-americana, esta última majoritariamente marcada por relações escravocratas ou de servidão (Quijano, 2005).

A característica delineada no parágrafo antecedente possui duas importantes consequências: (i) revela-se inadequada a concepção presente em discursos liberais no sentido de que a América Latina está apenas em um estágio inicial de sua caminhada,



devendo experimentar práticas semelhantes às europeias para conduzir-se ao desenvolvimento; (ii) as relações internas foram fortemente marcadas, gerando uma sociedade dividida por um paradigma racial. A raça é o elemento constitutivo das sociedades latino-americanas e a construção da raça como critério de divisão dos seres humanos e distribuição do poder e dominação dá-se, segundo Quijano (2005), na colonização da América Latina. É no processo de colonização da América Latina que passa a ser utilizado o critério da raça como forma de legitimação do poder e da divisão do trabalho (o trabalho assalariado para os brancos e concentrado na Europa, enquanto as formas de trabalho não assalariadas passaram a ser destinadas às denominadas raças inferiores). O racismo, em suas mais variadas vertentes, é constitutivo e instrumental a esta ordem colonial/moderna.

Nesse cenário, emerge o eurocentrismo como conceito para explicar a posição privilegiada da Europa Ocidental e, posteriormente, do seu herdeiro Estados Unidos da América (Segato, 2019) em relação aos países colonizados. O grande fluxo de metais preciosos e de outras mercadorias produzidas por meio do trabalho de escravizados ou indivíduos em regime de servidão permitiram à Europa gozar de posição privilegiada para, mais tarde, buscar o controle do comércio mundial. Foi em função do controle de fonte abundante de recursos obtidos na América Latina, segundo critérios de divisão do trabalho em virtude da raça, que os países da Europa puderam controlar, em processo que se prolonga do século XVIII ao século XIX, uma “rede pré-existente de intercâmbio que incluía sobretudo China, Índia, Ceilão, Egito, Síria, os futuros Orientes Médio e Extremo” (Quijano, 2005).

Foi, portanto, a exploração comercial e de regimes de trabalho não assalariados que os europeus foram capazes de produzir uma acumulação primitiva de capital sem precedentes, resultando em uma expansão e consolidação do controle europeu sobre o capital, o trabalho e mercadorias sobre as demais populações mundiais. Importante destacar que, com o passar do tempo, o centro de poder desloca-se da Costa do Mediterrâneo e dos países ibéricos para a Europa Norte-Occidental. Posteriormente, o eixo passará a gravitar entre os Países da Europa Norte-Occidental e, em maior extensão, o seu herdeiro, os Estados Unidos da América (Segato, 2019).



O Eurocentrismo, portanto, é o estabelecimento de um centro localizado na Europa (e, posteriormente, também nos Estados Unidos da América) que concentra o controle do capital, do trabalho e do comércio. O Eurocentrismo não se esgota na dimensão do capital, do trabalho e do comércio, sendo também entendido por Quijano (2019) e Mignolo (2020) na dimensão da colonialidade do saber, pois está presente, por exemplo, na supremacia das epistemologias coloniais sobre outras epistemologias características de classes subalternizadas.

Outro interessante conceito que pode fornecer interessantes ferramentas teóricas é a colonialidade do poder. Segundo esclarecem os teóricos da teoria decolonial, após a colonização das Américas, a distribuição de poder mundial passou a ser realizada por meio de parâmetros raciais, em um fenômeno que se pode chamar de racialização das relações de poder material ou intersubjetivo (Quijano, 2019). A colonialidade do poder encontra-se na dimensão internacional e eurocêntrica ou mesmo no plano das relações estabelecidas na política doméstica nos países da América Latina.

Em relação à dimensão doméstica dos países latino-americanos, pode-se dizer que a elite, herdeir*a em sua maioria dos colonizadores brancos, busca identificar-se com os valores do Ocidente (EUA e Europa), rejeitando qualquer identificação com o restante da sociedade, representado por classes subalternas compostas por pardos, pretos e índios (Quijano, 2005). Os efeitos políticos desta ontologia empregada pela teoria decolonial são evidentes, na medida em que, nestes países, o poder político costuma ser centralizado na elite, que produz políticas públicas e distribui riqueza em favor de seus pares.

A colonialidade do poder representa as relações coloniais de dominação e que não se extinguiram com a independência dos Estados em relação às suas respectivas metrópoles: Espanha e Portugal. Ao revés, para Quijano (2005) o processo de independência, na grande maioria dos países latino-americanos, não resultou em uma subversão da lógica de poder colonial. As relações de poder continuaram atendendo a uma lógica colonial, tendo em vista que o processo de independência não resultou em uma partilha do poder político entre os diferentes estamentos sociais, racialmente ordenados.



A crítica à Modernidade oferecida pela teoria decolonial parece interessante, mas a esse respeito é relevante mencionar discussão empreendida por Luciana Ballestrin (2017), a respeito da extensão da crítica à Modernidade trazida pelos teóricos decoloniais. Levada ao seu extremo, a crítica à Modernidade poderia implicar, em termos pouco precisos, a uma crítica a todos e qualquer aparato internacional de proteção a minorias estabelecido por meio de regimes internacionais. Nas palavras de Ballestrin (2017), a crítica à Modernidade é pertinente, mas não pode esquecer que há instrumentos dentro do aparato estabelecido pela Modernidade que, em alguma extensão, oferecem oportunidade para forças contra-hegemônicas.

Neste cenário, por mais que os regimes e organismos internacionais estejam, em sua essência, imbuídos de considerável eurocentrismo e, em alguns casos, materializem realizações de colonialidade, é importante que a crítica à Modernidade não acabe descartando fóruns e espaços em que minorias podem buscar ter voz ou mesmo a proteção aos seus pleitos, os quais podem atuar de forma a auxiliar no processo de descolonização. Sem prejuízo das considerações de Mignolo (2020) e Quijano (2005) sobre o lado obscuro da Modernidade, o alerta realizado por Luciana Ballestrin (2017) torna-se muito pertinente.

3. O ANTIGLOBALISMO COMO IDEIA: O CASO NORTE-AMERICANO

Os discursos antiglobalistas ganham grande adesão em setores da extrema-direita norte-americana e europeia. De maneira geral, a extrema-direita passou a explorar impactos negativos trazidos pela intensificação da globalização neoliberal para determinados setores dos países centrais, no cenário pós-Guerra Fria. Nós nos ateremos aos Estados Unidos, exemplo eloquente de país em que o Antiglobalismo foi intensamente empregado na retórica do ex-presidente Donald Trump para fins de Política Externa.

O fim da Guerra Fria causado pela deterioração do bloco soviético e a dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas em 1991 marca o início de uma fase de ouro do neoliberalismo. Embora tenha surgido nas décadas de 1960 e 1970 como uma alternativa à estagnação econômica que se seguiu ao fim da vigência do modelo do estado de bem-estar social, foi no momento pós-Guerra Fria que o neoliberalismo se



expande enormemente, até em função da deterioração do bloco comunista e da conversão das economias até então planejadas para economias de mercado.

Os Estados Unidos da América surgiram, então, como líderes da nova ordem mundial, pautada pela emergência de valores democráticos e de livre mercado. Segundo Judis (2018), governos como George W. Bush, Bill Clinton e Obama teriam sido influenciados por esse sentimento – que remota a origens quase messiânicas do nacionalismo norte-americano – de que incumbia aos Estados Unidos da América liderar esta nova ordem mundial. Como potência hegemônica surgida do fim da Guerra Fria, os Estados Unidos da América assumiram a posição de *paymaster*, assumindo ônus² como forma de incentivo a que outros países adiram a regimes e formem um sistema internacional que possa refletir os interesses da superpotência global (Ikenberry, 2011; Brands, 2018).

No entanto, a ordem neoliberal continha suas contradições e a internacionalização do capital fruto do que se passou a chamar de globalização neoliberal passou a causar grandes impactos nos quadros sociais dos países, trazendo, nos países centrais, um aumento relevante dos níveis de desigualdade, impactando, sobretudo, a classe média dos países centrais (Milanovic, 2016).

Daí porque, em 2 de maio de 2016, a fim de capitalizar em seu favor a insatisfação de setores do Partido Republicano insatisfeitos com o crescimento das capacidades materiais da China e, assim, viabilizar sua nomeação para a candidatura à Presidência, Donald Trump declarou: “*we can’t continue to allow China to rape our country and that’s what they’re doing.*” (Diamond, 2016).

A literatura especializada (Levitsky e Ziblatt, 2017; Judis, 2018; Goodhart, 2017) tem apontado, como um dos elementos claramente presentes na extrema-direita norte-americana, o sentimento de perda de poder do país e de empobrecimento de sua classe média branca operária. O lema “*America First*”, tão adotado por Donald Trump em sua campanha presidencial, é fruto do sentimento de que os Estados Unidos da América,

²Ikenberry (2011), teórico de matiz neoliberal, traça uma atuação dos Estados Unidos como uma potência benigna, na medida em que assume ônus em benefício de outros países. O quanto a atuação dos Estados Unidos pode ser considerada benigna é algo que pode ser objeto de crítica, sobretudo por estudiosos de viés marxista, como é o caso de Stephen Gill (2008). Todavia, concordamos que a atuação dos Estados Unidos buscou assumir determinados ônus em prol de uma estratégia de longo prazo.



antes orgulhosos de sua posição de primazia nas relações internacionais, perdiam paulatinamente terreno para outros atores, destacadamente, para a China. Em sua crítica à globalização neoliberal e ao *establishment* representado pelas elites globais, o antiglobalismo surge, portanto, como discurso articulado pela extrema-direita norte-americanos para atrair a insatisfação destas populações que se sentem prejudicadas economicamente pelos efeitos da globalização neoliberal.

Por fim, no caso norte-americano, assim como no europeu, não se pode deixar de empregar na equação que busca explicar o Antiglobalismo uma variável que é de grande relevância: a imigração e os refugiados. Como já demonstrado anteriormente, as grandes metrópoles globais (Londres, Nova Iorque, Paris etc.) tornaram grandes centros financeiros de exportação de serviços de elevado valor e altamente qualificados e passaram a representar pontos de atração de muitos imigrantes e refugiados em busca de condições de vida que, em absoluto, não poderia gozar em seus países de origem.

Em paralelo, a União Europeia e os Estados Unidos promoveram iniciativas de flexibilização da imigração, o que levou milhões de pessoas a buscar melhores condições de vida ou mesmo a fugir da violência e de conflitos armados que assolam seus países de origem. O que alguns interpretaram como incremento da diversidade muitos outros passaram a enxergar como ameaça, fazendo emergir movimentos xenófobos que enxergam nos efeitos da globalização neoliberal e no dito pensamento globalista uma perda de soberania estatal, inclusive no que tange ao controle de suas fronteiras.

Esses são alguns dos fatores que serviram de combustível para o ressurgimento de movimentos populistas erigidos em bases nacionalistas de direita, os quais, hoje, levam a questionamentos a respeito da capacidade de subsistência das democracias liberais em médio e longo prazo. Esses movimentos têm em comum um discurso de “proteção cultural” contra a ameaça advinda dos imigrantes e refugiados, uma preocupação com a competição por postos de trabalho e com os custos decorrentes da extensão aos imigrantes dos serviços públicos estatais, trazendo ônus maiores para a sociedade e, conseqüentemente, aumento de impostos.

A eleição de Donald Trump, naturalmente, possui relação direta com o discurso anti-imigração e com a pauta conservadora de costumes. Aliado ao discurso protecionista que



visa a “salvaguardar” os postos de trabalho que foram perdidos em função da transnacionalização da produção industrial observada nos últimos anos, Donald Trump angariou, em 2016, muitos votos de eleitores brancos norte-americanos insatisfeitos com o que entendem ser um decaimento dos valores morais da sociedade americana decorrentes da imigração de latinos, muçulmanos e asiáticos (Judis, 2018).

Não à toa, logo que eleito, Donald Trump iniciou a adoção de medidas protecionistas e de enfrentamento à China, além de restrição à imigração de muçulmanos e do início da construção do muro na fronteira entre os Estados Unidos da América e o México. Tudo isto encontra eco no pensamento antiglobalista que culpa o *establishment* – este representado, em sua maior parte, pelas elites globais – por causa das consequências provocadas pelo aprofundamento da globalização neoliberal nas últimas décadas. O discurso de Donald Trump, na Assembleia-Geral das Nações Unidas de 25 de setembro de 2018, demonstra claramente a retórica antiglobalista, quando declarou que “*we reject globalism and embrace the doctrine of patriotism*” (Hennigan, 2018).

4. O ANTIGLOBALISMO À BRASILEIRA

O Brasil no início do século XXI emergiu como um importante poder econômico e político na América Latina e um *player* importante nos assuntos internacionais. Tudo isso fez com que o Brasil tenha exercido papéis importantes, como o de líder na América Latina no resto do mundo em desenvolvimento e o de mediador nas relações Norte-Sul e Sul-Sul (Sekhri, 2009). O Brasil na década 2000 apresentou intensa atuação na articulação com outras economias do Sul Global, sem, contudo, descuidar-se nas relações com as nações do Norte. Tal atuação pode ser facilmente identificável no segundo Governo de Fernando Henrique Cardoso e nos dois Governos de Luís Inácio Lula da Silva.

Logo após a eleição de 2018, houve grandes questionamentos a respeito de quais matizes seriam imprimidos à Política Externa do governo que se iniciava, tendo em vista o perfil do líder eleito (chamado por alguns de Trump brasileiro), as bases ideológicas do movimento social que alçou Bolsonaro à Presidência e de algumas figuras que teriam influência em seu futuro governo (por exemplo, Paulo Guedes). Dentre outras questões, havia, desde o início, uma percepção de que o novo governo apresentaria um



alinhamento com os Estados Unidos da América e uma crítica ao multilateralismo, sendo o relacionamento com a China um grande desafio a ser superado (Velasco Júnior, 2018).

Passado um ano de Governo Bolsonaro, segundo Miriam Saraiva e Álvaro Vicente Costa e Silva (2019), a Política Externa do Governo Bolsonaro pode ser caracterizada, na tipologia criada por Hermann e Hermann (1989) - líder predominante, o grupo ou múltiplos autores autônomos - como um caso de política externa fruto da atuação de múltiplos autores autônomos. Há, segundo os autores, a atuação de elementos com forte viés ideológico, identificados com Olavo de Carvalho, e de outros com visão mais pragmática, os quais, constantemente, entram em fricção.

Por ora, nos ateremos ao lado ideológico, no qual se pode verificar a adoção do discurso antiglobalistas com notável vigor retórico.

Além dos constantes elogios ao Presidente Jair Bolsonaro, a quem creditou os méritos de salvar o país de doutrinas anteriores que buscariam dividir o país, Ernesto Araújo, chanceler brasileiro até 29/03/2021, em seu discurso de posse, explicitou o que deverão ser os objetivos da Política Externa Brasileira nos anos 2019-2022. Sintetizamos, abaixo, os principais pontos do discurso do chanceler Ernesto Araújo:

- (i) Centralidade dos valores nacionais, inclusive a história brasileira, que é constantemente depreciada por correntes de pensamento que buscam maculá-la. Nesse ponto, é citada a grandiosidade dos portugueses ao “fundarem” o Brasil e a necessidade de a luta pela nação ser a mesma luta pela religião, pela família e pela vida.
- (ii) Busca da concretização dos interesses nacionais, devendo a chancelaria ser um instrumento para o alcance de tais interesses. Ernesto Araújo, nesse ponto, realiza uma crítica à forma como o Itamaraty teria se tornado um fim em si mesmo, afastando-se da sua missão de zelar pelos interesses nacionais em nome de princípios pertencentes ao Globalismo;
- (iii) A religião, a família e a vida estariam sendo ameaçados por princípios inseridos na ordem global, devendo o Brasil direcionar-se para atuar no âmbito internacional em busca da proteção de tais instituições.
- (iv) A vocação universalista do Brasil não implica a impossibilidade de o país manifestar-se nos fóruns internacionais, mesmo que isto não vá agradar a todos os demais países;
- (v) Alinhamento com os Estados Unidos, sendo que, nas relações bilaterais e multilaterais, o Brasil deverá sempre zelar pelos seus interesses. Neste ponto, o chanceler menciona expressamente a OMC, arena tradicional do multilateralismo, mas sustenta que a atuação do Brasil deverá ser em prol de seus interesses.



Semelhante pensamento é partilhado por Filipe Martins, assessor da Presidência da República para assuntos internacionais, segundo o qual o Globalismo seria uma ideologia apátrida e cosmopolita, infiltrada nas instituições internacionais, com o intuito de eliminar a soberania estatal (Tavares, 2019). Filipe Martins descreveu da seguinte forma o Globalismo, em postagem veiculada na sua conta do Twitter em 30 de dezembro de 2018 (Martins, 2018):

O globalismo quer destruir a nação para favorecer os interesses políticos de uma elite transnacional ou pós-nacional, para acorrentar o pensamento humano, para privar o homem da liberdade e do senso de propósito. Esse é o projeto contra o qual o Brasil está sendo chamado a lutar.

O termo Globalismo parece excessivamente difuso, sobretudo, ao se analisar o discurso proferido pelo Chanceler Ernesto Araújo e a manifestação de Filipe Martins. No entanto, vê-se, de maneira geral, o ataque ao Globalismo sob duas óticas: (i) a rejeição de órgãos internacionais multilaterais, com foco na atuação do país – ao menos, no nível retórico – segundo seus interesses nacionais; bem como (ii) a crítica ao chamado “marxismo cultural”, a fim de permitir a implantação da agenda conservadora nos mais variados campos, sendo, neste ponto, uma reação difusa a pautas identificadas por estes agentes como sendo parte de uma agenda de esquerda, como o ambientalismo, os direitos humanos e o combate a preconceitos de cor, gênero e orientação sexual.

O item (ii) apresenta uma alteração igualmente radical na Política Externa Brasileira. Após as tensões existentes durante o período da ditadura militar em questões como Direitos Humanos e Meio Ambiente, o Brasil enxergou a adesão a tais regimes, que se expandiram no contexto pós-Guerra Fria, como possibilidade de obter legitimidade na sua atuação internacional. A redemocratização passou a ser enxergada como uma oportunidade, gerando um movimento que é conhecido como renovação de credenciais.

O direcionamento da Política Externa na contramão de tais regimes contraria alguns dos fundamentos da Política Externa que vinham sendo erigidos ao longo das últimas décadas. Como um exemplo, pode-se citar a orientação concedida pelo Itamaraty para que os diplomatas brasileiros frisem que gênero deve ser considerado apenas aquele biológico. Esta nova orientação emanada pelo Itamaraty está em consonância ao que vem sendo pregado pelo chanceler Ernesto Araújo, que, em seminário recente promovido pelo Itamaraty no dia 10 de junho de 2019, afirmou, em sua crítica ao



Globalismo, que “*você não tem mais nação, onde você não tem mais família, onde você não tem mais homem e mulher*” (Folha De São Paulo, 2019).

Outro ponto também relacionado à luta engendrada contra o Globalismo diz respeito ao ambientalismo. No campo da política doméstica, o governo do Presidente Jair Bolsonaro tem sido questionado amplamente em função da sua política ambiental, que tem resultado em elevado crescimento das queimadas segundo dados das agências oficiais (Grandelle, 2019). Tal questão vem sendo amplamente criticada por outros países, pois pode representar violação a compromissos internacionais contraídos pelo Brasil, como o Acordo de Paris (Schreiber, 2019), além de já representar prejuízo a acordos de livre-comércio, como é o caso do Acordo Mercosul-União Europeia, cujas negociações encerraram-se recentemente após duas décadas³.

Nas palavras da cientista política Maria Hermínia Tavares (2019), para o chanceler, o Globalismo seria uma espécie de “religião atea” que congrega o “politicamente correto”, os Direitos Humanos Universais e o ambientalismo, em uma construção que remete ao conceito de hegemonia gramsciana, segundo o qual a hegemonia é formada não só por coerção, mas também pelo consentimento (Paquin, 2013; Gill, 2008). Ao expandir uma ideologia contrária à religião em direção ao materialismo, o Globalismo, segundo seus críticos, teria criado uma estrutura que permeia a “ordem mundial”, em um retrato do que a Nova Direita Brasileira e a *alt-right* chamam de marxismo cultural.

Percebe-se que, sob o manto do combate ao Globalismo, a Nova Direita Brasileira inclui uma série de agendas de índole soberanista e ultraconservadora. Trata-se de conceito articulado e empregado com os mais variados propósitos e que, ao que parece, destina-se a legitimar a adoção de políticas soberanistas, ultraconservadoras e mesmo de cunho econômico, como é o caso da resistência, em favor de setores do agronegócio, de madeireiras e de garimpo, ao controle do desmatamento por parte de regimes internacionais aos quais o Brasil aderiu nas últimas décadas.

³A esse respeito, segundo resumo executivo disponibilizado no portal do Itamaraty, o acordo “*trata de temas como mudança do clima, inclusive a observação do Acordo de Paris, proteção da biodiversidade, manejo sustentável das florestas e da pesca*”. Ainda segundo o documento, eventuais divergências quanto a este tópico poderão ser submetidas a um painel de peritos, que poderão fazer recomendações às partes (Itamaraty, 2019).



Curiosamente, se há um esforço retórico para buscar afastar os males do dito Globalismo, a Política Externa Brasileira passou a apresentar um alinhamento automático aos Estados Unidos da América ou, mais precisamente, com os Estados Unidos da América então sob governo de Donald Trump. Segundo já anunciara Ernesto Araújo em seu discurso de posse, o Brasil passou a sustentar uma espécie de aliança com os Estados Unidos, de cunho predominantemente ideológico. Com isso, a Política Externa Brasileira sob o Governo Bolsonaro vem sendo criticada em diversos fóruns, pois representaria um retrocesso em termos de pragmatismo e autonomia da atuação do Brasil no cenário internacional (Saraiva e Velasco Júnior, 2020).

5. CONCLUSÕES: O ANTIGLOBALISMO SOB ANÁLISE DA TEORIA DECOLONIAL

A teoria decolonial oferece interessantes instrumentos teóricos para a análise dos movimentos políticos situados à direita do espectro político. O Eurocentrismo vê-se configurado na maneira como a Política Externa Brasileira é formulada pela sua área ideológica nos termos do antiglobalismo, sobretudo no que diz respeito à existência de uma aliança das nações ocidentais contra elites cosmopolitas corruptas que visariam à transferência de capital para a China. Embora, ao fim de 2 (dois) anos de Governo Bolsonaro, essa aliança seja constituída apenas pelo Brasil e pelos Estados Unidos sob a administração Donald Trump (sendo ainda questionáveis os benefícios trazidos por tal aliança para o Brasil), em termos retóricos, a ideia propalada pelo antiglobalismo parece embebida de elevado caráter eurocêntrico nos termos propostos por Quijano (2005) e Mignolo (2020).

Conforme exposto por Mignolo (2020), o Brasil e o restante da América Latina são compostos por diferentes realidades que convivem segundo um critério racial. Ainda que a elite pretenda identificar-se com a Europa e os Estados Unidos, não se pode ignorar que essas diversas realidades convivem e se articulam em países com identidades próprias. Dessa forma, a teoria decolonial critica, de forma mordaz, a concepção dos países latino-americanos como sendo parte do Ocidente nos termos propostos pelo discurso antiglobalistas. Segundo a ontologia própria da teoria decolonial, a América Latina é algo novo, dotada de uma identidade própria, não sendo adequado conceber a



América Latina como uma mera extensão de um Ocidente materializado pela Europa e pelos Estados Unidos.

Sob a ótica da colonialidade do poder, pode-se, ainda, conceber que a Política Externa Brasileira reforça relações coloniais, em sua posição contrária a pautas internacionais que envolvam direitos humanos e direitos de minorias, como indígenas e negros. Tais políticas representam um reforço de relações de poder de matiz colonial existentes na sociedade brasileira e latino-americana e estabelecidas primordialmente em razão do critério de raça (Quijano, 2005), embora também se possa identificar nas relações de colonialidade outras formas de opressão (em função do gênero, da orientação sexual etc.).

Não obstante se tenha concluído pelo cabimento da abordagem do antiglobalismo no Governo Bolsonaro à luz de instrumentos conceituais da teoria decolonial, é importante retomar uma ponderação final. Levada ao extremo, a crítica à Modernidade/Decolonialidade pode conduzir a uma conclusão equivocada no sentido de que, se o ambiente internacional é todo moldado no paradigma moderno, não haveria diferença entre um discurso antiglobalista e a opção pelo multilateralismo. Isto não é verdade. Seguindo o alerta realizado por Luciana Ballestrin (2017), “não enxergar na modernidade possibilidades de rupturas, resistências, alternativas e contra-hegemonias significa recusar as próprias transformações decoloniais que existem dentro da modernidade, a história dos movimentos sociais e populares (...) ou a importância de diferentes revoluções anticoloniais para a descolonização”. A crítica à Modernidade/Colonialidade, portanto, não deve conduzir a uma desconstrução de todo um aparato multilateral que, em boa extensão, concede voz a minorias e auxilia em pautas descolonizadoras.

Uma outra informação relevante diz respeito ao fato de que a presente análise ocorre no nível discursivo, sendo inadequado o emprego da teoria decolonial em conjunção com uma análise nos moldes positivistas. E isso porque, como foi anteriormente mencionado, as epistemologias decorrentes da Modernidade/Colonialidade são, em grande extensão, combatidas pelos teóricos decoloniais. Mignolo (2020) descreve o positivismo, a crença no progresso, o foco na



razão como uma espécie de história local europeia que foi exitosa em expandir-se como um projeto global, gerando uma extinção de formas tradicionais de conhecimento nos locais colonizados. Desse modo, entendemos que explicações com foco em relações causais, de índole puramente positivista, não parecem ser adequadas para uma análise decolonial.

Por essas razões, entendemos que o discurso antiglobalista da Política Externa Brasileira no Governo Bolsonaro ao longo de seus dois primeiros anos pode sim ser entendido como um reforço de colonialidade, sendo cabíveis conceitos introduzidos pela teoria decolonial, como o Eurocentrismo e a Colonialidade de Poder para oferecer diferencial explicativo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Ballestrin, L. M. de A. (2017). 'Modernidade/Colonialidade sem "Imperialidade"? O Elo Perdido do Giro Decolonial', *Dados - Revista de Ciências Sociais*, 60(2).

Brands, H. (2018). 'American Grand Strategy in the Post - Cold War Era', In: Glenn, R. W. (Ed.), *New Directions in Strategic Thinking 2.0: ANU Strategic & Defence Studies Centre's Golden Anniversary Conference Proceedings*. Australia: ANU Press, pp. 133 - 148. Disponível em: *JSTOR*, www.jstor.org/stable/j.ctv47wfph.17.

Diamond, J. (2016). *Trump: 'We can't continue to allow China to rape our country'*. *CNN*. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2016/05/01/politics/donald-trump-china-rape/index.html>. [Acesso em: 03 de Mar. de 2021].

Folha De São Paulo. (2019). *Itamaraty orienta diplomatas a frisar que gênero é apenas sexo biológico*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/06/itamaraty-orienta-diplomatas-a-frisar-que-genero-e-apenas-sexo-biologico.shtml>. [Acesso em: 01 de Nov. de 2020].

Gill, S. (2008). *Power and Resistance in the New World Order*. Nova Iorque: Palgrave MacMillan, 2ª Edição.

Goodhart, D. (2017). *The Road to Somewhere: The Populist Revolt and the Future of Politics*. Londres: Hust & Company.

Grandelle, R. (2019). *Alertas do Inpe sobre desmatamento na Amazônia crescem 278% em julho*. *O Globo*. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/alertas-do-inpe->



[sobre-desmatamento-na-amazonia-crescem-278-em-julho-23857095](#). [Acesso em: 02 de Nov. de 2020].

Hennigan, W. J. (2018). 'We Reject Globalism.' *President Trump Took 'America First' to the United Nations*. *Time*. Disponível em: <https://time.com/5406130/we-reject-globalism-president-trump-took-america-first-to-the-united-nations/>. [Acesso em: 01 de Nov. de 2020].

Hermann, M. G.; Hermann, C. (1989). 'Who Makes Foreign Policy Decisions and How: An Empirical Inquiry', *International Studies Quarterly*, 33(4), pp. 361-387.

Itamaraty. (2019). *Acordo De Associação Mercosul-União Europeia*. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/images/2019/2019_07_03_-_Resumo_Acordo_Mercosul_UE.pdf [Acesso em: 02 de Nov. de 2020].

Judis, J. B. (2018). *The Nationalist Revival: Trade, Immigration, and the Revolt against Globalization*. Nova Iorque: Columbia Global Reports.

Levitsky, S.; Ziblatt, D. (2017). *Como as Democracias Morrem*. Rio de Janeiro: Editora Zahar.

Martins, F. (2018). *O globalismo quer destruir a nação para favorecer os interesses políticos de uma elite transnacional ou pós-nacional, para acorrentar o pensamento humano, para privar o homem da liberdade e do senso de propósito. Esse é o projeto contra o qual o Brasil está sendo chamado a lutar*. Tweet (@filgmartin). 30/12/2018, 9:45 am.

Mignolo, W. D. (2005). *The Idea of Latin America*. 1ª edição, Oxford: Blackwell Publishing.

Mignolo, W. D. (2020). *Histórias Locais / Projetos Globais: Colonialidade, Saberes Subalternos e Pensamento Liminar*. Editora UFMG: Belo Horizonte.

Milanovic, B. (2016). *Global Inequality: A New Approach for the Age of Globalization*. Massachusetts: Harvard University Press.

Paquin, Stéphane (2016). *Theories of International Political Economy*. Oxford: Oxford University Press.

Quijano, A. (2005). *Colonialidade do Poder: Eurocentrismo e América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf [Acesso em: 18 de Set. de 2019].



QUIJANO, Aníbal (2010). Colonialidade do Poder e Classificação Social. In B. de S. Santos e M. P. Meneses. *Epistemologias do Sul*. 1ª edição, São Paulo: Editora Cortez.

_____. (2019). *Ensayos en torno a la colonialidad del poder*. Buenos aires: Ediciones del Siglo.

Santos Júnior, M. A. dos. (2019). #VaipraCuba: A gênese das redes de direita no Facebook. Curitiba: Editora Appris, 1ª Edição.

Saraiva, M. G.; Costa, Á. V. (2019). 'Ideologia e pragmatismo na política externa de Jair Bolsonaro', *Revista de Relações Internacionais*, Nº 64, pp. 117 - 137.

Saraiva, M. G.; Velasco Júnior, P. A. M. (2020). *Estamos sem rumo, sem aliados e sem interlocutores*. *Folha de São Paulo*, 20 de junho. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2020/06/estamos-sem-rumo-sem-aliados-e-sem-interlocutores.shtml?origin=folha>

Schreiber, M. (2019). *Em resposta à França, Ernesto Araújo diz que Brasil está comprometido com Acordo de Paris e contra desmatamento*. *BBC News Brasil*. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48846552>. [Acesso em: 01 de Nov. de 2020].

Segato, R. (2019). 'La Perspectiva de la colonialidad del poder', In: Quijano, A. *Ensaio en torno a la colonialidad del poder*. Buenos aires: Ediciones del Siglo.

Sekhri, S. (2009). 'The role approach as a theoretical framework for the analysis of foreign policy in third world countries', *African Journal of Political Science and International Relations*, 3(10).

Tavares, M. H. (2019). *Deus no Itamaraty*. *Folha de São Paulo*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/maria-herminia-tavares-de-almeida/2019/06/deus-no-itamaraty.shtml?origin=folha>. [Acesso em: 01 de Nov. de 2020].

Velasco Júnior, P. A. M. (2018). 'Brazilian Foreign Policy under President Bolsonaro: What Should We Expect?', *E-International Relations*, Vol. 12, pp. 1-5.

